

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Pedro Pullen Parente

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Eduardo Augusto Guimarães

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Fábio de Oliveira Barbosa

Luiz Tacca Junior

Marcelo Piancastelli de Siqueira

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Marcelo Estrela Fiche

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(061) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

ISSN

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 5 – nº 2, fevereiro de 1999. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional.1 / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, fevereiro, 1999, vol. 5, nº 2.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN

1. Execução financeira 2. Operação de Crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

APÊNDICE

Informação dos 12 meses anteriores

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Tesouro Nacional
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito
- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em fevereiro, o Governo Central obteve superávit primário de R\$ 1,9 bilhão, apresentando uma melhora expressiva quando comparado ao déficit de R\$ 143,2 milhões observado no mesmo período do ano anterior. Mais uma vez contribuiu para esse desempenho o resultado positivo do Tesouro Nacional, de R\$ 2,6 bilhões, contrabalançando o déficit de R\$ 718,1 milhões da Previdência e de R\$ 21,8 milhões do Banco Central no mês. Com isso, o Governo já acumula no ano um superávit primário da ordem de R\$ 2,8 bilhões, equivalente a 2,0% do PIB até o período.

Superávit de R\$ 2,8 bilhões nas contas primárias do Governo Central acumulados até fevereiro de 1999.

TABELA 1				
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL				
BRASIL, 1998/1999				
DISCRIMINAÇÃO	Fevereiro		Jan-Fev	
	1998	1999	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	13.286,4	16.128,3	28.787,7	31.504,1
I.1. Receitas do Tesouro	9.724,0	12.578,5	21.524,1	24.325,2
I.1.1 Receita Administrada Bruta	9.293,9	12.000,1	20.524,5	22.042,5
I.1.2. (-) Restituições	(81,3)	(160,7)	(165,2)	(243,2)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	423,0	515,7	1.021,5	1.060,9
I.1.4. Demais Receitas	168,6	308,2	351,1	1.622,5
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(80,3)	(84,8)	(207,8)	(157,5)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.562,4	3.549,8	7.263,5	7.178,9
II. DESPESA TOTAL	13.368,5	14.233,2	28.421,7	28.637,0
II.1. Transferência a Estados e Municípios	1.999,2	2.789,2	4.658,8	5.669,5
II.2. Benefícios Previdenciários	3.870,4	4.267,9	7.768,4	8.641,5
II.3. Despesas da Administração Federal	7.334,9	7.016,7	15.627,2	13.993,5
II.3.1. Pessoal e Encargos	3.531,3	4.310,0	7.838,0	8.045,3
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	3.803,6	2.706,7	7.789,3	5.948,2
- Abono e Seguro Desemprego	413,5	378,5	688,8	718,2
- Desapropriação para Reforma Agrária	24,6	21,3	26,5	54,5
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.365,5	2.306,9	7.073,9	5.175,5
II.4. Subsídios e Subvenções	164,0	159,3	367,3	332,4
III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)	(82,1)	1.895,1	365,9	2.867,1
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	225,9	2.613,3	870,8	4.329,7
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(308,0)	(718,1)	(504,9)	(1.462,6)
IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	(61,1)	(21,8)	(117,3)	(51,5)
V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)	(143,2)	1.873,3	248,6	2.815,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,2%	2,0%

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Operações quasi-fiscais do Banco Central

Principais Variações	
Fev99/Fev98	
Receitas	21,4%
Despesas	6,5%
Benefícios	10,3%
Transferências	39,5%
Pessoal	22,1%
Custeio	-28,8%

A receita total atingiu R\$ 16,1 bilhões em fevereiro, um acréscimo nominal de 21,4% em relação à arrecadação de fevereiro de 1998. Contribuiu significativamente para esse

Receitas

crescimento a arrecadação líquida da Secretaria da Receita Federal (SRF), cerca de R\$ 2,6 bilhões (28,5%) a mais que a arrecadação de fevereiro de 1998. Mas, além disso, também cresceram os demais grupos de receitas do Tesouro, quais sejam, a arrecadação dos órgãos da administração direta e indireta (21,9%) e as demais receitas da União (82,8%). Por outro lado, permaneceu praticamente estável a arrecadação da Previdência Social em relação à mesma base de comparação, reflexo, em boa medida, da evolução da massa salarial do setor privado nacional.

Receita Administrada pela SRF

A receita líquida administrada pela SRF totalizou R\$ 11,8 bilhões em fevereiro. Entre os principais fatores que contribuíram para esse desempenho, destacam-se:

- pagamento de tributos em atraso, de acordo com o disposto na Lei nº 9.779/99 e MP nº 1.807/99, o que impactou positivamente a arrecadação do IRPJ, PIS/Pasep e CSLL. No total, essa medida contribuiu para arrecadação bruta adicional de cerca de R\$ 2,2 bilhões no mês;
- tributação sobre as operações de cobertura (“hedge”) realizadas por meio de operações de “swap”, conforme também disposto na Lei nº 9.779/99, com aumento da arrecadação do IRRF - rendimentos de capitais; e
- incidência do IOF sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos à alíquota de 0,38%, e aumento da alíquota do IOF em 0,38 ponto percentual sobre as operações de crédito, implicando acréscimo de aproximadamente R\$ 250,0 milhões na arrecadação¹.

1 – Essa medida, ainda que parcialmente, compensou perdas correspondentes a R\$ 575,0 milhões com a extinção da CPMF em janeiro último.

Também aumentaram: o imposto de importação (19,7%), em decorrência da flexibilização da taxa de câmbio e apesar da redução no volume de importações; o IRRF - remessas ao exterior (116,5%), devido ao aumento na remessa de juros e também às alterações na taxa de câmbio; e o IRRF - outros rendimentos (34,9%), em decorrência da incorporação de cerca de R\$ 77,0 milhões em depósitos judiciais.

Por outro lado, a arrecadação do IPI-automóveis reduziu-se em 56,7%, em função do menor volume de vendas no mercado interno. A queda da atividade econômica também implicou redução no recolhimento do IPI-outros (16,8%) e da Cofins (10,6%).

Em relação às receitas diretamente arrecadadas, do total de R\$ 515,7 milhões, R\$ 170,2 milhões referem-se às receitas dos órgãos da administração direta, com destaque para a contribuição sobre o seguro de veículos automotores (R\$ 85,2 milhões), sem arrecadação correspondente no mesmo período de 1998. Outros R\$ 148,4 milhões são receitas da administração indireta (fundos, fundações e autarquias) e, os R\$ 197,1 restantes, recolhimento do salário-educação.

As demais receitas da SRF, por sua vez, cresceram R\$ 139,6 milhões no mês. Houve pagamento de R\$ 15,0 milhões em dividendos, sendo R\$ 12,1 milhões provenientes do Banespa, e de R\$ 80,0 milhões relativos à concessão de serviços da Anatel. Além disso, outras receitas, tais como: contribuição sobre receita de concurso de prognósticos, honorários advocatícios (dívida ativa), rendas da SPU, taxa Fistel, Indesp, FNC, Funpen, etc., cresceram, no conjunto, 28,5%, acompanhando o comportamento da arrecadação dos demais tributos federais.

A despesa total cresceu 6,5% em relação ao mesmo período de 1998, atingindo o montante de R\$ 14,2 bilhões no mês. Desse valor, cerca de R\$ 2,8 bilhões foram transferidos para estados e municípios, por conta das transferências constitucionais (R\$ 2,6 bilhões), da desoneração do ICMS (R\$ 211,4 milhões) e demais transferências (R\$ 8,6 milhões). Houve um forte aumento nessas rubricas em decorrência das vinculações dessas despesas à receita da União, basicamente aquelas recolhidas entre o último decêndio de janeiro e os dois primeiros de fevereiro.

Receitas Diretamente Arrecadadas

Demais Receitas (R\$ milhões)		
Itens	Fev/98	Fev/99
- Dividendos	2,62	14,98
- Concessão	0,01	79,97
- Outras	166,01	213,25
Total	168,64	308,20

Despesas

Benefícios Previdenciários

As despesas com benefícios aumentaram 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 4,3 bilhões no mês. Vale lembrar que, durante o exercício de 1998, houve reajustes do salário mínimo e demais benefícios, além de crescimento do quantitativo e de seu valor médio real para as novas concessões. Tais efeitos elevam a base de comparação ao longo do exercício de 1998.

Custeio e Capital

Houve uma economia de R\$ 1,8 bilhão nas despesas de custeio e capital somente nos dois primeiros meses do ano.

As despesas da administração federal (“custeio e capital” e “pessoal e encargos”), no entanto, caíram 4,3% no mês, ou 10,5% se compararmos o acumulado do ano em relação a igual período de 1998. No item “custeio e capital”, houve uma redução de 23,6% no período, o que equivale a uma economia de quase R\$ 1,0 bilhão por mês em 1999. Destaque maior para a rubrica “outras despesas de custeio e capital”, 26,8% menores do que em 1998, apesar do aumento nas despesas com desapropriação para reforma agrária e com abono e seguro-desemprego, respectivamente de 105,7% e 4,3%, até o período.

Pessoal e Encargos

As despesas com pessoal e encargos da União aumentaram 2,6% nos dois primeiros meses do ano, ou 22,1% se compararmos apenas o mês de fevereiro. Em particular, o aumento no bimestre foi menor porque em janeiro desse ano foi pago o equivalente a apenas 70% de uma folha, motivo pelo qual observou-se redução das despesas com pessoal naquele mês em relação ao mesmo período de 1998.

Em fevereiro, contudo, vigoraram dois efeitos sem correspondência no primeiro bimestre de 1998: o aumento de 28,86% concedido, por decisão judicial, a partir de julho de 1998; e a correção das gratificações de algumas carreiras do funcionalismo público, entre as quais os professores das instituições federais de ensino superior, os militares e carreiras do judiciário².

2 – É importante lembrar, ainda, que houve mudanças na sistemática de pagamento de pessoal, razão pela qual podem ocorrer distorções nas comparações da folha entre 1999 e 1998.

Por fim, os recursos desembolsados com subsídios e subvenções econômicas somaram R\$ 159,3 milhões em fevereiro, permanecendo praticamente estáveis em relação às despesas do ano anterior. Desse total, R\$ 37,0 milhões resultaram das subvenções aos fundos regionais (FNO, FCO, FNE) e os R\$ 122,3 milhões restantes foram gastos com o Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC).

Desse Programa, merece destaque o aumento das despesas com subsídios do Proex, as quais passaram de R\$ 41,4 milhões, em fevereiro de 1998, para R\$ 102,4 milhões. Além disso, pela segunda vez no ano, houve recebimento líquido de recursos das operações de “Aquisições do Governo Federal” (AGF), de R\$ 43,8 milhões, resultantes da venda de produtos pela Conab em montante superior às compras realizadas.

Operações Oficiais de Crédito

Despesas do POOC	
(R\$ milhões)	
Itens	Fev/99
Custeio Agropecuário	16,12
Investimento Rural	0,02
Preços Agrícolas	(38,92)
- EGF	0,91
- AGF	(43,83)
- Sustentação de preços	4,00
Pronaf	42,66
Proex	102,42
TOTAL	122,30

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado apresentou crescimento de 2,8% em relação a janeiro. Destaque-se que parte desse acréscimo deveu-se ao crescimento da DPMFi em mercado, de 2,2%, e da dívida externa, de 4,0%. Em contrapartida, os haveres da dívida contratual interna aumentaram cerca de 3,2%.

	1998	1999	
	Dez	Jan	Fev
I. DÍVIDA INTERNA	22.412	24.781	23.884
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	213.613	229.447	234.421
Dívida Contratual da STN	-137.601	-150.642	-155.496
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-53.599	-54.024	-55.042
Fat	-37.413	-38.074	-38.439
Demais Entidades	-16.186	-15.950	-16.602
II. DÍVIDA EXTERNA	76.849	123.870	128.863
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	58.984	94.824	98.530
Títulos Depositados em Garantia	-4.184	-6.970	-6.754
Dívida Contratual	22.447	36.477	37.547
Disponibilidades	-397	-462	-459
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	99.262	148.651	152.747
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	11,0%	16,5%	17,0%

O aumento da DPMFi foi em parte compensado pelo crescimento dos haveres contratuais.

O saldo da DPMFi em poder do mercado atingiu R\$ 234,4 bilhões no mês, equivalente a 26,0% do PIB. Parte deste aumento deveu-se à variação cambial nos títulos indexados ao dólar americano (NTN-D, CFT-D, NTN-A, NTN-A3, NTN-A10, NTN-I, NTN-L, NTN-M, NTN-R2). Ressalte-se que o impacto maior ocorreu no mês de janeiro, quando a desvalorização atingiu cerca de 64,0%, ao passo que, em fevereiro, esta situou-se em torno de 4,0%.

TABELA 3			
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA			
BRASIL, 1998/1999			
(R\$ milhões)			
	1998	1999	
	Dez	Jan	Fev
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	342.996	361.977	368.552
I. Dívida com Mercado	213.613	229.447	234.421
LTN	4.914	5.007	5.093
LFT	128.553	116.324	102.915
LFT-A	2.407	3.063	3.611
LFT-B	21.593	21.557	21.549
NTN-A	5.009	8.257	8.613
NTN-D	24.187	38.897	39.997
CFT-D	3.861	6.366	6.658
Demais	23.088	29.974	45.985
I.2 Dívida com BACEN	129.383	132.530	134.130
LTN	15.835	16.137	16.416
NTN-D	0	0	0
LFT-A	85.452	86.849	88.785
LFT	25.607	26.165	16.405
Demais	2.489	3.379	12.524
Dívida MERCADO/PIB	23,7%	25,5%	26,0%

A dívida mobiliária em mercado atingiu R\$ 234,4 milhões.

O montante de emissões financeiras foi de R\$ 15,4 bilhões, das quais R\$ 15,3 bilhões de NTN-S, contra R\$ 5,9 bilhões no mês passado. Os resgates totalizaram R\$ 17,5 bilhões e não houve cancelamentos nesse período. Desta forma, o Tesouro Nacional efetuou resgate líquido de títulos em mercado no valor de R\$ 2,1 bilhões.

Vale destacar que desde dezembro do ano passado o Tesouro Nacional tem realizado leilões de títulos híbridos (NTN-S e NTN-E) em substituição à estratégia anterior de colocação de papéis pós-fixados (LFT).

TABELA 4			
EMISSIONES, RESGATES E CANCELAMENTOS			
DPMFi EM MERCADO BRASIL, FEV/99			
(R\$ milhões)			
Fatos	Financeiras	Não financeiras	Total
I. Emissões	15.402	856	16.258
II. Resgates	17.538		17.538
III. Cancelamentos			0
IV. Valor líquido (I-II-III)	-2.136	856	-1.280

O Tesouro Nacional efetuou resgate líquido de títulos em mercado no valor de R\$ 2,1 bilhões.

As emissões financeiras do mês foram as seguintes:

A partir de 17 de fevereiro, o Tesouro passou a realizar dois leilões semanais, sendo o segundo coincidente com o vencimento de títulos do Banco Central.

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR	
				FINANCEIRO	NOMINAL
01/02/99	NTN-D	5 anos	VC + 6% a.a.	150,0	104,2
01/02/99	CTN	20 anos	IGP-M	202,2	21,0
03/02/99	NTN-S	364 dc/250 du	0,676%	1.000,0	993,3
10/02/99	NTN-S	364 dc/250 du	0,391%	2.000,0	1.992,2
17/02/99	NTN-S	364 dc/252 du	0,641%	3.500,0	3.477,5
19/02/99	NTN-S	245 dc/169 du	0,960%	4.000,0	3.974,2
24/02/99	NTN-S	364 dc/252 du	0,644%	4.000,0	3.974,2
26/02/99	NTN-S	453 dc/310 du	0,845%	874,0	864,9
TOTAL				15.726,2	15.401,6

VC = Variação Cambial

As emissões não-financeiras somaram R\$ 856,0 milhões, sendo R\$ 695,2 milhões referentes aos títulos emitidos no âmbito do Proes e da Lei nº 9.496/97; R\$ 95,0 milhões para o Proex (NTN-I); R\$ 1,6 milhão em NTN-P; R\$ 4,5 milhões de Certificados da Dívida Pública (CDP); e R\$ 59,7 milhões em LFT.

Foram emitidos R\$ 695,2 milhões para refinanciamento de dívida e reestruturação bancária dos estados.

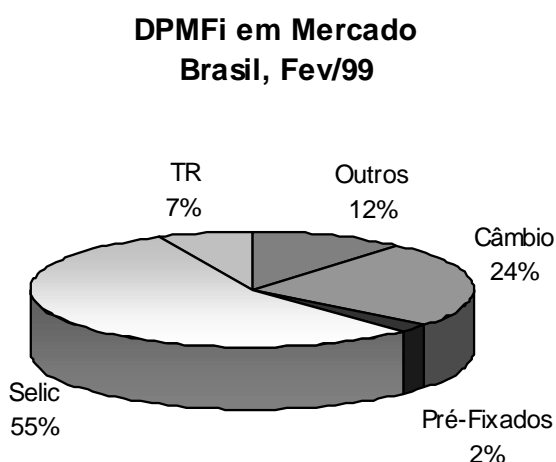
ESTADO	VALOR	LEI
Amapá		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	4,0	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
Roraima		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	40,0	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
2. Dívida Contratual		
2.1 LFT-B	9,1	Art. 1º da Lei nº 9496/97
Paraná		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	637,1	Art. 1º da Lei nº 9496/97
1.2. LFT-E	5,0	Art. 1º da Lei nº 9496/97
Total	695,2	

A emissão especial de R\$ 59,7 milhões em LFT junto à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) destina-se ao

cumprimento do Contrato de Cessão de Crédito, celebrado entre a União e a RFFSA. A contrapartida a esse passivo são os recebíveis constituídos por receitas de concessões da malha ferroviária.

Quanto à composição da DPMFi em mercado, registre-se a redução da participação relativa das LFT de 39,0%, em janeiro, para 32,3% no mês em análise. Por sua vez, as NTN-S tiveram sua participação elevada de 3,2% para 9,8%, em igual período.

A participação relativa das LFT em mercado reduziu-se em relação ao mês anterior.



**TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi
BRASIL, 1998/1999** (%)

Título	1998			1999		
	Dez	Jan	Fev	Dez	Jan	Fev
LTN	6,0	5,8	5,8			
LFT	44,9	39,0	32,3			
LFT-A	25,6	24,8	25,0			
LFT-B	6,3	5,9	5,8			
NTN-A	1,5	2,3	2,3			
NTN-D	7,0	10,6	10,8			
NTN-H	1,2	1,0	1,0			
NTN-P	3,7	3,4	3,4			
NTN-S	0,0	3,2	9,8			
NTN-E	0,0	1,0	1,1			
DEMAIS	3,8	3,0	2,5			
TOTAL	100,0	100,0	100,0			

O custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 53,33%, contra 311,41% em janeiro. Excluindo-se os títulos indexados ao câmbio, o custo médio em mercado foi de 38,24%, nos competitivos, e 37,11%, na totalidade dos títulos. Tal variação com relação aos títulos sem indexação cambial se explica pelo aumento dos indexadores do restante da dívida, como o IGP-M, que indexa 4,5% da DPMFi em mercado, e que passou de 0,84%, em janeiro, para 3,61%, em fevereiro, e a taxa SELIC que elevou-se, no mesmo período, de 2,16% para 2,38%.

Custo Médio

**TABELA 8
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1998/1999** (% anual)

PERÍODO	TOTAL	COMP(1)	
		TOTAL	COMP(1)
1998	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54
	Out	34,54	37,26
	Nov	32,80	36,08
	Dez	31,32	33,71
1999	Jan (2)	30,42	30,90
	Jan (3)	227,40	311,41
	Fev (2)	37,11	38,24
	Fev (3)	49,22	53,33

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(2) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(3) Incluindo títulos indexados ao câmbio

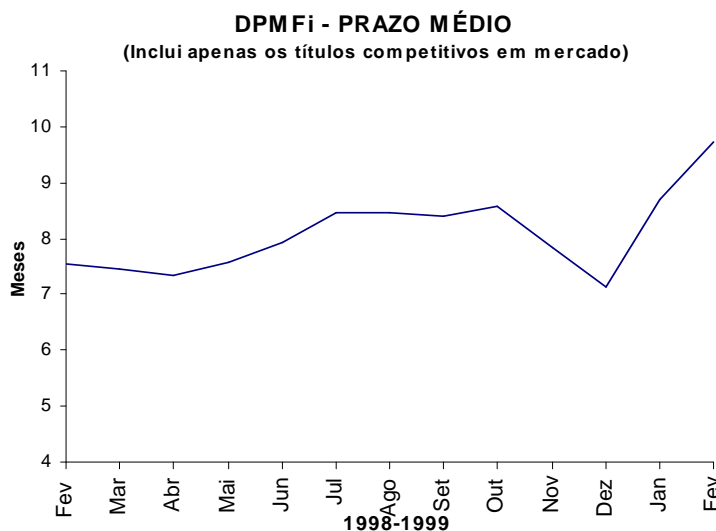
Prazo Médio

O prazo médio da DPMFi em mercado, emitido sob processo competitivo de formação de taxas, foi de 9,73 meses em fevereiro, elevando-se em relação ao mês anterior. O alongamento da DPMFi pode ser atribuído às emissões de NTN-S com prazos de até 453 dias.

TABELA 9
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1998/1999 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1998		
Fev	40,18	7,54
Mar	36,64	7,47
Abr	35,41	7,34
Mai	36,31	7,58
Jun	36,05	7,92
Jul	34,52	8,46
Ago	35,89	8,46
Set	36,12	8,39
Out	35,31	8,57
Nov	31,04	7,83
Dez	29,75	7,13
1999		
Jan	35,22	8,70
Fev	34,22	9,73

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



Dívida Contratual Interna

Os haveres líquidos totais do Tesouro Nacional atingiram o montante de R\$ 210,5 bilhões, equivalente a 23,4% do PIB. O crescimento de R\$ 5,9 bilhões em relação ao saldo de janeiro deveu-se:

- à incorporação como crédito da União de haveres relativos à Lei nº 8.727/93, em operação realizada com o BNDES em outubro passado, quando o Tesouro emitiu CFT-D, recebendo R\$ 2,6 bilhões em créditos da referida Lei;
- à incorporação aos saldos da Lei nº 9.496/97 dos valores correspondentes à entrada em eficácia do contrato de refinanciamento de dívida e reestruturação bancária do estado de Roraima no valor de R\$ 49,1 milhões; e
- ao acréscimo de R\$ 2,7 bilhões no saldo dos créditos das operações oficiais conduzidas pelo Tesouro Nacional, devido ao lançamento da variação da correção cambial referente ao mês de janeiro, no âmbito do Proex.

TABELA 10
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
BRASIL, 1998/1999

	(R\$ milhões)		
	1998	1999	
	Dez	Jan	Fev
TOTAL DA STN	-137.601	-150.642	-155.496
Dívida Bancária	39.723	39.825	37.598
Crédito Securitizado (exceto CVS)	16.630	16.857	17.627
CVS	7.273	7.363	7.436
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.060	3.094	3.138
Debêntures	575	584	0
Certificados de Privatização	38	38	39
INSS	-7.926	-8.099	-8.291
Lei 7.976/89	-8.836	-12.292	-12.786
Bônus Renegociação	-12.320	-21.045	-20.743
Lei 8.727/93	-40.625	-40.906	-41.110
Lei 9.496/97	-83.601	-85.805	-87.526
Recebíveis dos Estados	-3.032	-3.077	-3.128
Recebíveis das Estatais	-29.665	-27.893	-28.191
Outros	-9.447	-8.797	-6.858
Créditos das Operações Oficiais	-7.928	-7.952	-10.671
Arrecadação a Recolher	-1.522	-2.537	-2.029
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-53.599	-54.024	-55.042
Fat	-37.413	-38.074	-38.439
Demais Entidades	-16.186	-15.950	-16.602
TOTAL	-191.200	-204.666	-210.537
TOTAL/PIB	-21,2%	-22,8%	-23,4%
TOTAL DA STN/PIB	-15,3%	-16,8%	-17,3%

Obs: A partir deste mês as debêntures Siderbrás foram incorporadas ao saldo dos créditos securitizados.

O custo médio dos créditos securitizados caiu de 2,57% em janeiro para 1,78% em fevereiro.

O prazo médio dos créditos securitizados caiu de 195 dias em janeiro para 189 dias no mês de fevereiro. Por outro lado, apesar dos principais indexadores das dívidas contratuais terem sofrido variações maiores que as verificadas no mês anterior, o custo médio dos créditos securitizados diminuiu de 2,57%, em janeiro, para 1,78%, em fevereiro. Tal fato decorreu, principalmente, devido à queda na variação do dólar em janeiro em relação à ocorrida em fevereiro.

O total da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional contabilizou um saldo de R\$ 128,9 bilhões, equivalente 14,3% do PIB. O saldo total em dólares manteve-se constante em relação aos meses anteriores. Cabe ressaltar que o aumento do saldo em reais deveu-se exclusivamente à variação da moeda nacional em relação à estrangeira.

Dívida Externa

O aumento do saldo da dívida externa em Reais deve-se à flexibilização do câmbio.

TABELA 11			
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL			
BRASIL, 1998/1999			
DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)		
	1998 Dez	1999 Jan	1999 Fev
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	58.984	94.824	98.530
1.1. Bônus de Renegociação	48.228	77.357	80.540
Brazil Investment Bond (BIB)	1.088	1.785	1.859
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.298	6.954	7.240
Par Bond (PB)	5.102	8.336	8.679
Discount Bond (DB)	6.538	10.727	11.169
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.100	3.446	3.588
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.832	14.491	15.088
Debt Conversion Bond (DCB)	10.262	16.837	17.530
New Money Bond (NMB)	2.706	4.440	4.623
Eligible Interest (EI)	6.301	10.339	10.765
1.2. Bônus de Captação	10.756	17.466	17.989
Samurai Bond	322	510	519
Caravella Bond	84	135	136
Eurosterling Bond	201	327	331
Global Bond	907	1.487	1.549
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	728	1.152	1.164
Parallel Franco	215	343	347
Parallel Florim	256	409	413
Parallel Xelim	205	327	331
Global Bond 2027	4.230	6.941	7.227
Eurolira Bond	545	873	881
Eurosterling Bond 2007	301	490	497
Euro Bond 2003	707	1.128	1.140
Demais	6.526	10.525	10.762
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.184	-6.970	-6.754
3. DÍVIDA CONTRATUAL	22.447	36.477	37.547
4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-397	-462	-459
5. TOTAL (1+2+3+4)	76.849	123.870	128.863
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	8,5%	13,8%	14,3%

Os desembolsos realizados no mês de fevereiro com encargos da dívida externa totalizaram R\$ 146,9 milhões, sendo R\$ 18,6 milhões pagos a Organismos Multilaterais, R\$ 38,0 milhões pagos a Bancos Privados e Agências Governamentais e R\$ 90,3 milhões desembolsados para o pagamento de encargos da dívida mobiliária constituída em títulos do Euromarco 2007.

TABELA 12	
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	
BRASIL, 1999	
(R\$ milhões)	
Discriminação	Fevereiro 1999
I. Encargos Totais	146,9
I.1. Organismos Multilaterais	18,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	38,0
I.3. Dívida Mobiliária	90,3
Euromarco 2007	90,3